



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO DELIBERATIVO Nº 142

Estabelece a coparticipação para procedimentos médicos e odontológicos ambulatoriais realizados pelos beneficiários do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (PLAS/JMU).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PLANO DE SAÚDE DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (CDPLAS/JMU), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37 e §2º do art. 42, da Resolução nº 334, de 22 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Regulamento Geral do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (PLAS/JMU) e considerando a decisão colegiada levada a efeito na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do PLAS/JMU (CDPLAS/JMU), de 28 de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que a participação direta dos beneficiários titulares, quando houver, no pagamento dos serviços utilizados no PLAS/JMU, terá caráter de desconto obrigatório e será consignada, mensalmente, como desconto em seu pagamento em parcelas sucessivas não superiores, cada uma, a 10% (dez por cento) da sua remuneração, sendo o valor descontado transferido para a conta do PLAS/JMU ou pago diretamente pelo beneficiário.

Parágrafo Único. Para o cálculo da composição da parcela mensal constante do *caput* deste artigo, serão deduzidos o Imposto de Renda retido na fonte, a Contribuição Previdenciária, a Pensão Alimentícia, o Auxílio Transporte, o Auxílio Alimentação, o Auxílio Pré-escolar, o Auxílio Natalidade, o Adicional de 1/3 de Férias, a Gratificação Natalina, o Abono de Permanência, os valores de natureza indenizatória, os valores descontados a título de teto constitucional e os valores percebidos a título de exercícios anteriores de natureza indenizatória.

Art. 2º Serão cobrados valores de coparticipação, referentes a procedimentos médicos e odontológicos ambulatoriais, no percentual de 20% (vinte por cento), observado o prescrito no inciso III do art. 36, da Resolução nº 334, de 22 de agosto de 2023 (Regulamento Geral do PLAS/JMU).

§ 1º Incluem-se como procedimentos médicos e odontológicos ambulatoriais: consultas; exames; procedimentos odontológicos; procedimentos médicos cirúrgicos definidos pela auditoria do PLAS/JMU; e tratamentos seriados diversos.

§ 2º Nas seguintes terapias, apesar de serem ambulatoriais, não incidirão coparticipação: quimioterapia, radioterapia, hemodiálise e terapia com

imunobiológicos.

§ 3º Poderá ser flexibilizado o percentual de coparticipação de 20%, no caso de procedimentos específicos que constem em projetos criados pelo PLAS/JMU e aprovados pelo CDPLAS/JMU.

Art. 3º Fica revogado o Ato Deliberativo nº 133, de 15 de maio de 2025.

Art. 4º Este Ato Deliberativo entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro Ten-Brig-Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO
Presidente do Conselho Deliberativo do PLAS/JMU



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, MINISTRO-PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PLAS**, em 15/01/2026, às 13:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4739215** e o código CRC **CDC1CC1E**.

4739215v9

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>